



Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na segunda-feira	IBovespa nos últimos dias	Na segunda-feira	Últimos	Comercial, venda na sexta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
1,2% São Paulo	0,26% Nova York	170.653	R\$ 5,132 (+0,47%)	R\$ 1.621	R\$ 5,842	14,15%	14,09%
	8/7 9/7 10/7 13/7	7/julho 8/julho 9/julho 13/julho	5,153 5,148 5,123 5,123				Fevereiro/2026 0,70 Março/2026 0,88 Abril/2026 0,67 Maio/2026 0,58 junho/2026 0,16

MP DO FRETE

Às vésperas do vencimento do prazo da MP, categoria dá a largada de paralisação para que senadores votem medida que cria piso

Caminhoneiros iniciam pressões

» LUÍZA ALTOÉ

O Senado Federal deve votar, nesta semana, a medida provisória (MP), MP nº 1.343/2026, que aperfeiçoa a Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas, a MP do Frete, diante da ameaça de uma paralisação nacional de caminhoneiros. A categoria iniciou a greve, ontem, defendendo que a medida deve ser votada antes de quinta-feira (16), data do vencimento do prazo de validade da matéria.

A paralisação começou nos principais portos do país e, da parte do governo e da oposição, há um esforço para que a medida provisória não caduque. Em busca de construir um acordo para garantir a votação da matéria ainda hoje, o líder do governo no Congresso Nacional, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), reuniu-se, ontem, com senadores ligados ao agronegócio, Tereza Cristina (PP-MS) e Jorge Bagatoli (PL-RO), além da líder do governo no Senado, Teresa Leitão (PT-PE).

O acordo que está sendo construído contará com ajustes redacionais em alguns trechos, enquanto outros terão o compromisso de veto presidencial. Devido ao prazo apertado, a estratégia adotada é não fazer mudanças de mérito da matéria em Plenário, para que a MP não tenha que retornar para a análise da Câmara dos Deputados. Vale lembrar, ainda, que tais decisões ainda dependem do aval do relator da proposição no Senado, o senador Styvenson Valentim (Podemos-RN).

Um dos pontos que deve passar por mudanças diz respeito ao piso salarial da categoria. O texto original fixava um piso nacional de R\$ 5 mil mensais para motoristas do regime da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) que atuem em operações de longa distância. No entanto, segundo Randolfe, o texto final do Senado deve contar apenas com a criação de um piso salarial, sem estipular um valor exato, com essa definição sendo direcionada a outro órgão específico.

“A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) diz que

Miguel Schincariol/AFP



Reprodução/Redes Sociais



Wallace Landim, o Chorão, foi um dos líderes da greve de 2018

não cabe a deliberação de piso por parte do Congresso Nacional em matéria infraconstitucional. (...) há um acordo inclusive com os caminhoneiros em relação a isso. Então, podemos ter estabelecimento de piso sem ter necessariamente o estabelecimento do valor”, explicou. A senadora Tereza Cristina avaliou que o piso salarial “é uma matéria estranha” à MP.

Além disso, segundo o líder do governo, o texto final deve ser aprovado com uma anistia aos caminhoneiros que participaram de manifestações ou bloqueios no ano de 2022. No entanto, com o compromisso de que o dispositivo será vetado. “Isso, certamente, vai ser objeto de veto. Como não há tempo hábil para a matéria retornar à Câmara, o compromisso que vai ser assumido pelo governo é esse dispositivo ser vetado”, afirmou.

Enquanto o governo está otimista com uma votação em Plenário ainda hoje, a senadora Tereza Cristina vê essa possibilidade com cautela.

“Tivemos um bom avanço”, avaliou a parlamentar ao comentar sobre a reunião com os líderes do governo. Ela lembrou que o relator ainda precisa analisar as mudanças propostas e, segundo a senadora, há um esforço para que a matéria seja votada e, caso haja acordo, a oposição não deve apresentar emendas à MP.

Mobilização

Em vídeo divulgado no domingo, o presidente da Associação Brasileira dos Condutores de Veículos Automotores (Abrava), Wallace Landim, o Chorão, convocou uma mobilização nacional

de caminhoneiros para pressionar a aprovação da MP no Senado Federal a partir da madrugada de ontem. Segundo o ex-parlamentar, a matéria põe fim ao “sofrimento da categoria” e, se não votada, gerará uma greve nacional como a de 2018, que ajudou a eleger o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

“Traz segurança para a nossa categoria, dá autonomia para a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) fazer a fiscalização para que a gente possa trabalhar com tranquilidade. Tenha uma planilha de custo mínimo para acabar com o frete de retorno”, disse Landim. Chorão ainda citou a questão do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o fim da multa nas balanças dos entre-eixos e a autonomia para a ANTT fazer a equalização como pontos positivos da MP para a categoria.

Paralisação começou, ontem, com o objetivo de aprovar a MP 1.343/2026 no Senado

Em nota, a Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA) avaliou que a MP “trata de temas de grande relevância para os caminhoneiros autônomos e sua votação é aguardada com expectativa em todo o país”. Além disso, alertou que a ausência de deliberação da MP até quinta-feira, pode “intensificar a insatisfação da categoria e favorecer o surgimento de manifestações espontâneas”.

A CNTA reafirmou que continuará atuando junto ao Senado Federal, ao governo federal e às lideranças partidárias, utilizando todos os instrumentos institucionais disponíveis para que a MP seja apreciada e aprovada antes do término de sua vigência, “preservando a segurança jurídica e os direitos dos transportadores autônomos de cargas”.

Na avaliação de Randolfe, com as mudanças acordadas e com a MP sendo votada, não haverá mais razão para qualquer tipo de paralisação da categoria.

Impactos econômicos

O diretor-executivo do Instituto Livre Mercado, Rodrigo Saraiwa Marinho, por outro lado, aponta para os impactos econômicos da medida e defende que o Congresso Nacional “não pode transformar uma política de proteção ao caminhoneiro em mais um mecanismo de aumento do custo de vida do brasileiro”.

Na visão dele, o caminhoneiro autônomo merece proteção, mas não por meio de uma medida provisória que desestimula a livre iniciativa e alimenta a inflação.

“Uma regulação que trata igualmente situações econômicas completamente distintas destrói a segurança jurídica, encarece a logística, concentra mercado e impõe uma conta que será paga pelo consumidor”, disse Marinho, em nota.

CONJUNTURA

Confiança da indústria volta para o piso da pandemia

» PEDRO JOSÉ*

A confiança dos empresários da indústria brasileira voltou a recuar em julho e atingiu o menor nível desde 2020, no auge da pandemia de covid-19. Conforme dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei), divulgado ontem, recuou de 46,7 para 44,4 pontos, redução de 2,3 pontos em relação a junho. Com o resultado, o Icei alcança o menor patamar desde junho de 2020, e completa 19 meses consecutivos abaixo da linha de 50 pontos – nível que separa confiança de falta de confiança no indicador. A sequência é a segunda mais longa de pessimismo da série histórica, ficando atrás apenas do período da recessão econômica entre 2015 e 2016.

Segundo a CNI, a manutenção desse cenário preocupa porque a perda de confiança costuma refletir diretamente nas decisões das empresas, reduzindo investimentos, desacelerando a produção e limitando a contratação de trabalhadores.

“Na medida em que se tem um período tão longo de pessimismo, isso se traduz em redução do número de empregados, da produção ou até cancelamento de investimentos produtivos”, informou Marcelo Azevedo, gerente de Análise Econômica da CNI.

O indicador de condições atuais recuou 0,7 ponto, para 41,6 pontos, mostrando que os empresários avaliam que o ambiente econômico e os próprios negócios estão piores do que há seis meses.

Já o índice de expectativas caiu 3,1 pontos, passando para 45,8

pontos, na maior retração desde novembro de 2022, sinalizando um aumento da preocupação com o desempenho da economia e da atividade industrial nos próximos meses.

“A piora das expectativas se deve, possivelmente, ao aumento das incertezas do cenário externo, tanto o acirramento da guerra no Oriente Médio, que ocorreu no início do mês, como também a eventual retomada de tarifas americanas sobre produtos brasileiros”, avaliou Marcelo Azevedo. O custo do crédito ajuda a explicar esse humor. A taxa básica da economia (Selic), atualmente, está em 14,25% ao ano, e, mesmo com o Banco Central cortando os juros aos poucos, o crédito para investimento continua caro, disse Vitor Kayo, economista sênior da Nomad. “Um pessimismo

tão prolongado tende a aparecer depois em menos contratações e, principalmente, em menos investimento em máquinas, equipamentos e novas fábricas. A proximidade da eleição também ajuda a explicar esse pessimismo, já que costuma trazer mais incerteza sobre os rumos da política econômica no curto e médio prazo”, afirmou.

Para Kayo, a dívida pública brasileira segue em trajetória crescente, e o arcabouço fiscal, pensado para ancorar as contas públicas, perde credibilidade à medida que despesas ficam de fora do cálculo da meta fiscal e os gastos obrigatórios seguem crescendo, deixando pouco espaço para qualquer ajuste.

*Estagiário sob a supervisão de Rosana Hessel

Agência de notícias da indústria



Dados da CNI revelam que indicador está abaixo de 50 pontos desde 2022